

# AGROTÓXICOS

**VIOLAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS  
E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**



**EDITORA UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE GOIÁS**

***Presidente***

Haroldo Reimer (Reitor)

***Vice-Presidente***

Ivano Alessandro Devilla  
(Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

***Coordenadora Geral***

Elisabete Tomomi Kowata

***Revisão Técnica***

Thalita Gabriele Lacerda Ribeiro

***Capa e Projeto Gráfico***

Adriana da Costa Almeida

***Ilustração da capa***

Guilherme Greque Gonçalves

***Conselho Editorial***

Carla Conti de Freitas (UEG)  
Juliana Alves de Araújo Bottechia (UEG)  
Kelly Nobre Marra (UEG)  
Marcelo Duarte Porto (UEG)  
Robson Mendonça Pereira (UEG)  
Walter Dias Júnior (UEG)

***Revisão Linguística***

Cesar Augusto de Oliveira Casella

**Murilo Mendonça Oliveira de Souza**  
**Cleber Adriano Rodrigues Folgado**  
Organização

# AGROTÓXICOS

**VIOLAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS  
E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

  
EDITORA  
**UEG**  
Anápolis, GO  
2016

© Autoras e autores – 2016

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,  
seja total ou parcial, constitui violação da Lei no 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto no 1.825,  
de 20 de dezembro de 1907.

Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),  
Catalogação na Fonte  
Universidade Estadual de Goiás

---

A281

Agrotóxicos – violações socioambientais e direitos humanos no Brasil  
/ organizado por Murilo Mendonça Oliveira de Souza; Cleber  
Adriano Rodrigues Folgado – Anápolis: Editora Universidade  
Estadual de Goiás, 2016.

296 p.

ISBN: 978-85-5582-011-3

1. Agrotóxicos – Impactos ambientais. 2. Agronegócio – Agrotóxicos  
– Impactos ambientais. 3. Agricultura – Agrotóxicos – Impactos ambientais.  
I. Souza, Murilo Mendonça Oliveira de (org.). II. Folgado, Cleber Adriano  
Rodrigues (org.). III. Título.

CDU 632.95

---

Esta obra foi financiada com recurso dos autores. A exatidão das referências,  
a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de  
inteira responsabilidade dos autores.

---



Editora filiada a ABEU

**EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

BR-153 – Quadra Área – CEP 75.132-903 – Fone: (62) 3328-1181 – Anápolis – GO  
www.editora.ueg.br / e-mail: revista.prp@ueg.br

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	7
<i>Fernando Carneiro</i>	
APRESENTAÇÃO.....	13
<i>Murilo Mendonça Oliveira de Souza</i>	
1 Agronegócio, agrotóxicos e saúde .....	17
<i>Wanderlei Pignati</i>	
2 A produção do silêncio e a ruína da vida pelo agronegócio goiano .....	47
<i>Edson Batista da Silva</i> <i>Luiz Henrique Gomes de Moura</i>	
3 Ecologismo dos pobres: possibilidades de leituras contra-hegemônicas frente ao modelo hegemônico do agronegócio .....	83
<i>Larissa Carvalho de Oliveira</i> <i>Helga Maria Martins de Paula</i>	
4 A pulverização aérea na Escola Rural São José do Pontal: uma abordagem dos fatos e suas circunstâncias .....	99
<i>Cleuton César Ripol de Freitas</i>	

5	O poder do agronegócio e a mídia: análise a partir da pulverização aérea de agrotóxico sobre a Escola Municipal São José do Pontal . . .	137
	<i>Dagmar Olmo Talga</i>	
	<i>Jaqueline Vilas Boas Talga</i>	
6	(Des)caminhos do agronegócio da fruticultura irrigada no baixo Jaguaribe/CE . . . . .	171
	<i>Alice Maria Correia Pequeno Marinho</i>	
	<i>Raquel Maria Rigotto</i>	
	<i>Maria Cristina da Costa Marques</i>	
7	Uso de agrotóxicos na cultura do abacaxi e os impactos a saúde humana no Ceará. . . . .	197
	<i>Severino Ferreira Alexandre</i>	
	<i>Raquel Maria Rigotto</i>	
	<i>Vanira Matos Pessoa</i>	
8	Dialética da resistência: o perímetro irrigado de Santa Cruz do Apodi. . . . .	231
	<i>Ariane Kalinne Lopes de Souza</i>	
	<i>Danielle Freitas de Souza</i>	
	<i>João Paulo do Vale de Medeiros</i>	
	<i>Isamara da Silva Marinho</i>	
9	Agrotóxicos e estado de exceção: a suspensão da legislação de agrotóxicos em atenção aos interesses do agronegócio . . . . .	255
	<i>Cleber Adriano Rodrigues Folgado</i>	
	POSFÁCIO . . . . .	285
	<i>Cesar Augusto de Oliveira Casella</i>	
	SOBRE OS AUTORES . . . . .	289

## PREFÁCIO

**E**ste livro é mais um grito contra o silêncio. Na tradição dos grandes livros críticos – como a **Primavera Silenciosa** de Rachel Carson, lançado há mais de 50 anos, e do **Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde**, lançado em 2015 no Brasil – este livro nos brinda com novos olhares e enfoques, para casos e situações emblemáticas das quais não podemos nos esquecer. Os dois organizadores, Murilo Souza e Cleber Folgado, formam uma inédita dupla, ao mesmo tempo acadêmica e popular, organizando o saber científico numa perspectiva interdisciplinar e crítica.

No Brasil, a cada ano, cerca de 500 mil pessoas são contaminadas por agrotóxicos, segundo o Sistema Único de Saúde (SUS) e as estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os brasileiros estão consumindo alimentos com resíduos de agrotóxicos acima do limite permitido e estão ingerindo substâncias tóxicas não autorizadas. Em outubro de 2013, a Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (ANVISA) revelou que 36% das amostras analisadas, de frutas, verduras, legumes e cereais, estavam impróprias para o consumo humano ou traziam substâncias proibidas no Brasil, tendência crescente nos últimos anos.

Mesmo frente a esse quadro, o mais dramático é que há uma ofensiva do agronegócio, e de sua bancada ruralista, para aprofundar a desregulamentação do processo de registro de agrotóxicos no país. Qualquer agrotóxico, para ser registrado, precisa ser analisado por equipes técnicas dos Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente. Inspirados na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), instância criada para avaliar os transgênicos e que até hoje autorizou 100% dos pedidos de liberação a ela submetidos, os ruralistas querem a criação da Comissão Técnica Nacional de Agronegócio (CTNAgro), em que o olhar da saúde e do meio ambiente deixariam de ser determinantes para a liberação de agrotóxicos.

Quem ganha e quem perde com essa medida? Não há dúvida que, dentre os beneficiários diretos, está o grande agronegócio, cuja essência é a monocultura para exportação. Esse tipo de produção não pode viver sem o veneno porque baseia-se no domínio de uma só espécie vegetal, como é o caso da soja. Por isso, a cada dia, surgem novas superpragas que, associadas aos transgênicos, tem exigido a liberação de agrotóxicos até então não autorizados no Brasil. O mais recente caso foi a liberação emergencial do *benzoato de emamectina*, usado para combater a lagarta



*Helicoverpa* que está dizimando as lavouras de soja, de norte a sul do país. A lei que garantiu a liberação desse veneno tramitou e foi aprovada em um mês pelo Congresso e pela Presidência da República. Tudo em nome do lucro rápido deste modo de produção, descompromissado com os impactos na saúde e no ambiente.

A pergunta que não quer calar é: *no momento em que a população brasileira espera um Estado que garanta o direito constitucional a saúde e ao ambiente, por quê estamos vendo o contrário?*

Esse livro nos ajuda a buscar um pouco das respostas para perguntas como essa...

Vejamos outro exemplo desse descompasso entre nossos direitos e a realidade: na maioria dos estados brasileiros os agrotóxicos não pagam impostos!

O Estado brasileiro tem sido forte para liberalizar o uso de agrotóxicos, mas fraco para monitorar e controlar seus danos a saúde e ao ambiente. Enquanto isso, todos nós estamos pagando para ser contaminados.

Esse livro foi organizado para mergulharmos de forma mais profunda nos contextos e impactos do modelo do agronegócio, que muitas vezes ficam acobertados pelos mantos dos governos, da mídia e da Ciência Moderna.

No primeiro texto é abordada a problemática de Mato Grosso, mostrando-se, em uma abordagem multidisciplinar e com a ousadia dos pesquisadores, como a contaminação por agrotóxicos está disseminada ambientalmente e coloca em risco a vida das pessoas do campo.

Posteriormente, há a análise do agronegócio em Goiás, seguida pelo aprofundamento das questões relacionados ao atual modelo de desenvolvimento, expondo-se as contradições do capitalismo, buscando dar respostas sustentáveis em defesa da vida.

O Caso Rio Verde é abordado em dois capítulos, de forma interdisciplinar, desde o olhar dos advogados populares até a crítica da abordagem feita pela mídia. A pulverização sobre uma escola rural, repleta de crianças, ainda é um dos acontecimentos, dos últimos anos no Brasil, que mais se assemelha a um crime por uso de arma química, tal qual um crime de guerra. As perguntas que ficam são: *Guerra contra quem? Contra os camponeses e as crianças? Quem pilotou o piloto?*

A região nordeste também é visitada nesse livro, por meio de três capítulos sobre a Chapada do Apodi, mostrando-se as áreas de agricultura intensiva de irrigação e as contradições de um modelo que apresenta a promessa do progresso e da melhoria da qualidade de vida para as regiões onde vai se implantar. Mas a realidade apresentada pelos estudos é outra... A agricultura da morte, do lado cearense da Chapada do Apodi, e, do outro lado, a resistência dos agricultores agroecológicos do Rio Grande do Norte, frente a esse modelo.

Infelizmente, como coloca o último artigo, as ações para desregulamentação são muito fortes, principalmente no Congresso Nacional, na contramão dos desejos dos movimentos sociais.

Livros como esse são fundamentais para descortinar, descobrir o manto denso da desinformação, mas ao mesmo tempo são um importante elemento para semear esperança na luta por uma outra sociedade.

Vida longa à luta pela ocupação do latifúndio do conhecimento e do saber em prol da defesa da vida!

Fortaleza-Ceará, agosto de 2015.

*Fernando Carneiro*



## APRESENTAÇÃO

Os impactos gerados pelo uso intensivo de agrotóxicos, em território brasileiro, têm suscitado debates abrangendo diferentes áreas do conhecimento e interesses públicos, com destaque para questões relacionadas à saúde e meio ambiente. Pesquisadores, acadêmicos e populares, vêm buscando desenvolver e dar visibilidade a estudos que denunciam a violência representada pelo agronegócio de forma geral e, especificamente, pelos agrotóxicos.

Neste contexto, entre os dias 25 e 28 de junho de 2014, na Cidade de Goiás/GO, foi realizado o *I Seminário Nacional: agrotóxicos, impactos socioambientais e direitos humanos*. Durante o evento reuniram-se: pesquisadores e estudantes de diferentes áreas do conhecimento, profissionais da saúde, advogados populares, representantes do Ministério Público e militantes de vários movimentos sociais, do campo e da cidade. O livro *Agrotóxicos: violações socioambientais e direitos humanos no Brasil*, aqui apresentado, é resultado das discussões levadas a

cabo durante este evento e dos desdobramentos/diálogos realizados anterior e posteriormente a ele.

Além do prefácio, escrito por Fernando Carneiro, militante acadêmico e popular pela saúde brasileira, estão dispostos neste livro 9 (nove) textos que apresentam, em uma perspectiva multidisciplinar, os impactos socioambientais e as violações dos direitos humanos causados pela matriz produtiva do agronegócio, baseada fortemente no uso de agrotóxicos.

O texto que abre o livro, *Agronegócio, agrotóxicos e saúde*, de Wanderlei Pignati, revela as ligações umbilicais entre o agronegócio e os agrotóxicos, trazendo como base concreta para discussão os impactos deste modelo de desenvolvimento sobre a população do Estado do Mato Grosso, tendo como caso extremo o município de Lucas do Rio Verde que, em 2010, apresentou taxa de exposição média da população a agrotóxicos de 136 litros/habitante.

*A produção do silêncio e a ruína da vida pelo agronegócio goiano*, coautoria de Edson Batista da Silva e Luiz Henrique Gomes de Moura, dispõe uma riqueza relevante de dados sobre o desenvolvimento do agronegócio e a indústria do veneno no Estado de Goiás. Caminham, para isso, por uma perspectiva de análise crítica e libertadora para o campo.

*Ecologismo dos pobres: possibilidades de leituras contra-hegemônicas frente ao modelo hegemônico do agronegócio*, de Larissa Carvalho de Oliveira e Helga Maria Martins de Paula, desmarcara a neutralidade do discurso

ideológico do Agronegócio e a invisibilização dos impactos negativos de uma agricultura dependente de agrotóxicos, caminhando pelo debate dos conflitos ecológicos.

Na sequência, dois textos, *A pulverização aérea na Escola Rural São José do Pontal: uma abordagem dos fatos e suas circunstâncias*, de Cleuton César Ripol de Freitas, e *O poder do agronegócio e a mídia: análise a partir da pulverização aérea de agrotóxico sobre a Escola Municipal São José do Pontal*, de Dagmar Olmo Talga e Jaqueline Vilas Boas Talga, desvelam, em diferentes abordagens (Direito e Mídia), o crime contra o meio ambiente e os direitos humanos ocorrido com a pulverização de mais de 100 pessoas por aeronave agrícola na Escola Municipal São José do Pontal, em Rio Verde, Goiás. Estes textos fazem importante denúncia, de questões que ainda representam um desafio.

*(Des)caminhos do agronegócio da fruticultura irrigada no Baixo Jaguaribe/CE*, de Alice Maria Correia Pequeno Marinho, Raquel Maria Rigotto e Maria Cristina da Costa Marques, e *Uso de agrotóxicos na cultura do abacaxi e os impactos a saúde humana no Ceará*, de Severino Ferreira Alexandre, Raquel Maria Rigotto e Vanira Matos Pessoa, aproximam-se na reflexão sobre os impactos dos agrotóxicos no Estado de Ceará. Este grupo de pesquisadores disponibiliza uma discussão inteligente que não separa a investigação científica disciplinada da denúncia corajosa do agronegócio, especialmente na Chapada do Apodi.

A partir do mesmo território abarcado pelos textos descritos anteriormente, (a Chapada do Apodi), porém no

Estado do Rio Grande do Norte, *Dialética da resistência: o perímetro irrigado de Santa Cruz do Apodi*, de Ariane Kalinne Lopes de Souza, Danielle Freitas de Souza, João Paulo do Vale de Medeiros e Isamara da Silva Marinho, destaca o “Projeto da Morte”, representado pelo avanço do agronegócio e uso intensivo de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, contudo, o texto apresenta os movimentos de resistência a este projeto, que também avançam.

No último texto, *Agrotóxicos e estado de exceção: a suspensão da legislação de agrotóxicos em atenção aos interesses do agronegócio*, de Cleber Adriano Rodrigues Folgado, é denunciada a relação promíscua entre o Estado e Indústria Agroquímica, que faz da legislação relacionada ao controle do uso de agrotóxicos letra morta. Este estudo detalhado da legislação brasileira traz elementos essenciais para a luta contra os agrotóxicos.

O que fornece unidade a este grupo de textos, além da militância de todos os seus autores na *Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida* é, sem dúvida, o entendimento claro de que não é possível combater os impactos socioambientais e as violações aos direitos humanos representados pelos agrotóxicos, sem combater igualmente o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, um Projeto de Morte. A luta científica, no âmbito da academia, deve cada vez mais se espelhar e aproximar da luta dos movimentos sociais.

Cidade de Goiás – Goiás, fevereiro de 2016.

*Murilo Mendonça Oliveira de Souza*